

Sumário

Sobre os Autores	5
Apresentação à 7ª Edição	7

Parte I **Noções gerais**

1.	Direito e processo	19
1.1.	Direito material e direito processual	19
1.2.	Posições jurídicas	20
1.3.	Crises efetivas e ameaças de crises na realização do direito material: a negativa de vinculação à ordem jurídica e os desacordos interpretativos....	22
1.4.	Formas de solução dessas crises: do processo estatal à justiça multipor-tas, do processo individual ao processo coletivo e à coletivização	23
2.	Fontes do processo civil	24
2.1.	Dos dispositivos às normas, das normas ao sistema.....	25
2.2.	Da Constituição às leis e às decisões judiciais, dos precedentes à juris-prudência.....	26
3.	Processo civil e suas relações com o direito e com outros ramos do conhecimento humano	28
3.1.	O isolamento do processo civil: do isolamento jurídico ao isolamento científico.....	28
3.2.	A abertura para o direito material e para a realidade social	29
3.3.	O reconhecimento de sua dimensão constitucional e convencional	29
3.4.	A abertura para a teoria do direito e para a filosofia do direito.....	30
3.5.	Para além das fronteiras do direito: da epistemologia à filosofia, da eco-nomia à psicologia, da informática à inteligência artificial	31

Parte II

Do processo civil clássico ao novo processo civil: o compromisso com os direitos fundamentais e com a tutela dos direitos

1.	O Código Buzaid	35
2.	Ideologia e processo civil	37
3.	A distorção da fisionomia da ação cautelar inominada em nome da efetiva tutela dos direitos	40
4.	Os momentos teóricos que propiciaram a transformação do processo civil	42
4.1.	Tutela antecipatória: a dissociação entre tutela do direito e coisa julgada e a quebra da regra da <i>nulla executio sine titulo</i>	42
4.2.	A técnica antecipatória e a distribuição do ônus do tempo do processo ...	44
4.3.	O desenvolvimento da teoria da tutela contra o ilícito (tutela inibitória e tutela de remoção do ilícito): a distinção entre ato contrário ao direito e dano e o delineamento do processo civil de natureza preventiva	46
4.4.	A tutela específica do direito material e a sua correlação com a técnica processual adequada. As tutelas dos direitos, a legitimidade do uso da técnica processual, a quebra do princípio da tipicidade dos meios de execução e a unificação entre conhecimento e execução	48
4.5.	Das “tutelas jurisdicionais diferenciadas” à “construção da ação adequada ao caso concreto”	50
4.6.	O “critério da adequada proteção dos direitos fundamentais processuais” como meio para a análise crítica do tecido normativo	53
4.7.	Os precedentes obrigatórios	54
4.8.	A teoria da tutela dos direitos	57
4.9.	Do processo individual à tutela coletiva	62
4.10.	O processo estrutural e a tentativa de atingir as raízes dos conflitos complexos	65
4.11.	O processo civil do Estado Constitucional	67

Parte III

Os institutos e as normas fundamentais do processo civil no Estado constitucional

Capítulo 1 • Jurisdição	73
1.1. A jurisdição nas teorias clássicas	73
1.2. A ideia de pacificação social	75
1.3. O constitucionalismo, a evolução da teoria da interpretação e a dissociação entre texto e norma jurídica	75
1.4. Significado da norma jurídica editada pelo juiz	78
1.5. A justificativa da norma “judicial”	80

1.6.	Legitimidade da norma “judicial”, em especial da que afirma direitos fundamentais ...	83
1.7.	Da emissão da norma do caso concreto à tutela do direito	86
1.8.	Jurisdição ordinária e jurisdição das Cortes Supremas	89
1.9.	Justificativa de uma jurisdição de precedentes	95
1.10.	O problema da jurisdição exercida mediante duplo grau obrigatório. A necessidade de juízos únicos	98
1.11.	A necessidade de se pensar a atividade jurisdicional em sua dimensão pampocessual	100
1.12.	Tentativas de limitação do papel interpretativo da jurisdição	102
1.13.	Competência	102
1.14.	Determinação e modificação da competência	104
Capítulo 2 • Ação		109
2.1.	A ação na história das doutrinas	109
2.2.	A ação no Código de 2015	113
2.3.	Direito fundamental de ação	115
2.3.1.	Direito fundamental à tutela jurisdicional efetiva	115
2.3.2.	O conteúdo do direito fundamental de ação	117
2.3.3.	A ação em perspectiva dinâmica	120
2.3.4.	Direito fundamental de ação como direito às técnicas processuais idôneas ao alcance das tutelas prometidas pelo direito substancial	122
2.4.	O direito fundamental de ação mediante a concretização de cláusulas abertas: o direito à construção da ação adequada ao caso concreto	124
2.4.1.	A ação diante do escopo de tutela dos direitos	124
2.4.2.	As tutelas jurisdicionais dos direitos	125
2.4.3.	A influência da tutela do direito sobre a ação	132
2.4.4.	Direito à participação, limitação da alegação e tutela do direito	134
2.4.5.	Técnica processual, realidade social e tutela dos direitos	137
2.4.6.	O direito à construção da ação adequada ao caso concreto	139
2.4.7.	Legitimidade da construção da ação segundo a tutela jurisdicional do direito	140
Capítulo 3 • Defesa		143
3.1.	Defesa e jurisdição	143
3.2.	Defesa, tutela do direito e acesso à Justiça	143
3.3.	Defesa como direito de influir sobre o convencimento do juiz	144
3.4.	Direito às técnicas processuais idôneas à defesa efetiva	144
3.5.	Restrição às alegações de defesa	144
3.6.	Defesa e procedimentos que limitam a produção da prova	146
3.7.	Defesa e restrição do duplo juízo sobre o mérito	146

3.8.	Defesa e princípio da concentração do poder executivo do juiz.....	148
3.9.	Defesa <i>versus</i> ação diante do legislador e no caso concreto	149
Capítulo 4 •	Processo	151
4.1.	Da ideia de contrato à relação jurídica processual	151
4.2.	A crise da relação jurídica processual	152
4.3.	Processo e procedimento	153
4.4.	O processo no Estado Constitucional	156
4.5.	Os ditos pressupostos processuais de constituição e de validade do processo	157
4.6.	Os pressupostos processuais em Bülow e Chiovenda	157
4.7.	Os ditos pressupostos processuais não podem ser vistos como requisitos para a existência do processo e para o julgamento do mérito	158
Capítulo 5 •	As Normas Fundamentais do Processo Civil	161
5.1.	Normas fundamentais.....	161
5.2.	Direito à tutela adequada, efetiva e tempestiva.....	162
5.3.	Dever de boa-fé.....	167
5.4.	Colaboração no processo civil	168
5.5.	Direito à igualdade e à paridade de armas	172
5.6.	Direito ao contraditório	173
5.7.	Dever de fundamentação analítica e direito à publicidade do processo.....	179
Capítulo 6 •	Partes e Participação no Processo.....	181
6.1.	Parte no processo civil	181
6.2.	Litisconsórcio	182
6.2.1.	Litisconsórcio necessário e facultativo	184
6.2.2.	Litisconsórcio unitário e simples	184
6.2.3.	Regime jurídico do litisconsórcio	185
6.3.	Intervenção de terceiros	185
6.3.1.	Assistência	186
6.3.2.	Denúnciação da lide	187
6.3.3.	Chamamento ao processo	189
6.3.4.	<i>Amicus curiae</i>	189
6.3.5.	Desconsideração de personalidade jurídica	191

Parte IV

A tutela dos direitos no Código de 2015. A unificação das atividades de conhecimento e de execução

Capítulo 1 •	Técnica Processual e Tutela dos Direitos	195
Capítulo 2 •	Procedimento Comum.....	201

Capítulo 3 • Fase Postulatória	207
3.1. Petição inicial	207
3.1.1. Requisitos	208
3.1.2. Emenda	220
3.1.3. Indeferimento	221
3.1.4. Improcedência liminar	222
3.1.5. Deferimento	224
3.2. Audiência de conciliação ou de mediação	224
3.3. Atitudes do réu	226
3.3.1. Contestação	227
3.3.2. Reconvenção	231
3.3.3. Revelia	234
3.4. Tutela antecipada, tutela cautelar e tutela da evidência	239
Capítulo 4 • Fase Organizatória	259
4.1. Organização do processo	259
4.2. Julgamento conforme o estado do processo	263
Capítulo 5 • Fase Instrutória	267
5.1. Prova	267
5.1.1. Objeto da prova	268
5.1.2. Direito à prova, dever de prova e regras de privilégio	269
5.1.3. Ônus da prova	271
5.1.4. Fatos afirmados que não dependem de prova	275
5.1.5. Poder probatório do juiz	277
5.1.6. Prova emprestada	278
5.1.7. Fases do procedimento probatório	280
5.1.8. A prova indiciária	282
5.1.9. A prova e a ação inibitória	283
5.1.10. A obtenção antecipada de prova	284
5.2. Provas em espécie	288
5.2.1. Prova oral	288
5.2.1.1. Depoimento pessoal	288
5.2.1.2. Confissão	291
5.2.1.3. Prova testemunhal	296
5.2.2. Prova documental	301
5.2.2.1. Definição	301
5.2.2.2. Incidente de arguição de falsidade documental	310
5.2.2.3. Exibição de documento ou coisa	312

5.2.3.	Ata notarial	314
5.2.4.	Prova pericial	315
5.2.5.	Inspeção judicial.....	320
5.2.6.	Elementos para a compreensão da prova estatística	321
5.3.	Audiência de instrução e julgamento	322
Capítulo 6 • Fase Decisória		325
6.1.	Sentença	325
6.1.1.	Conceito e função.....	325
6.1.2.	Sentença, decisão e justificação	329
6.1.3.	Elementos essenciais	331
6.1.4.	Congruência, pertinência e preclusão	337
6.1.5.	Classificação	341
6.2.	Técnica processual e tutela dos direitos.....	353
6.2.1.	Tutela específica	357
6.2.2.	Tutela inibitória, tutela de remoção do ilícito e tutela reparatória	359
Capítulo 7 • Fase de Cumprimento		377
7.1.	Efetivação das decisões judiciais mediante cumprimento de sentença. As sentenças que dependem de cumprimento e a atividade de execução.....	377
7.1.1.	Cumprimento de sentença, execução e sentença condenatória	377
7.1.2.	A regra da <i>nulla executio sine titulo</i>	377
7.1.3.	Tipicidade e atipicidade das técnicas executivas.....	379
7.2.	Princípios fundamentais da execução	384
7.3.	Formas de execução e de cumprimento de títulos judiciais	392
7.3.1.	Execução direta e execução indireta.....	392
7.3.2.	Execução frutífera e execução infrutífera	393
7.3.3.	Cumprimento fundado em título definitivo e cumprimento fundado em título provisório	393
7.3.4.	Execução mediante o constrangimento da vontade do devedor.....	395
7.3.5.	Execução independentemente da vontade do devedor	405
7.4.	Títulos executivos judiciais.....	411
7.4.1.	Requisitos da obrigação a executar.....	416
7.5.	Liquidação da obrigação	418
7.6.	Procedimento de cumprimento de sentença.....	424
7.6.1.	Partes e terceiros	425
7.6.2.	Competência	427
7.6.3.	Os efeitos do início do cumprimento.....	428
7.7.	Cumprimento de sentença que impõe um fazer ou não fazer	428

7.8.	Cumprimento de sentença que impõe obrigação de prestar declaração de vontade...	435
7.9.	Cumprimento de sentença que impõe a entrega de coisa	437
7.10.	Cumprimento de sentença que impõe pagamento de quantia certa	439
7.11.	Suspensão e extinção do cumprimento de sentença	475
7.12.	Execuções especiais	478
7.12.1.	Cumprimento de sentença que impõe prestação alimentícia	479
7.12.2.	Cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública	482
7.12.3.	Ação de execução fundada em título executivo extrajudicial	484
7.12.3.1.	Ação de execução	484
7.12.3.2.	Ação de execução visando à realização de prestação de pagar quantia	488
7.12.3.3.	Ação de execução visando à realização de prestações de fazer, não fazer e entrega de coisa	492
7.12.3.4.	Ação de execução visando à realização de prestação alimentícia	497
7.12.3.5.	Ação de execução contra a Fazenda Pública	499
7.12.3.6.	A defesa no processo de execução. Os embargos do executado	500
Capítulo 8 • Fase Recursal		509
8.1.	Recursos	509
8.1.1.	Conceito	509
8.1.2.	Classificação	511
8.1.3.	Normas fundamentais	513
8.1.4.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	519
8.1.5.	Efeitos	524
8.2.	Recursos em espécie	529
8.2.1.	Apelação	529
8.2.2.	Agravo de instrumento	534
8.2.3.	Agravo interno	537
8.2.4.	Embargos de declaração	539
8.2.5.	Recurso ordinário	542
8.2.6.	Recurso extraordinário e recurso especial	543
8.2.7.	Agravo em recurso extraordinário e em recurso especial	555
8.2.8.	Embargos de divergência	557
Capítulo 9 • Processo nos Tribunais		561
9.1.	Precedentes	561
9.2.	Ordem dos processos nos tribunais	572

9.3.	Incidentes recursais	575
9.3.1.	Incidente de assunção de competência	575
9.3.2.	Incidente de resolução de demandas repetitivas	580
9.4.	Ação rescisória	588

Capítulo 10 • Coisa Julgada	601
10.1. Conceito	601
10.2. Limites	603
10.3. Eficácia	609
10.4. Relativização da coisa julgada	610
10.5. Coisa julgada inconstitucional	612
10.6. Coisa julgada sobre questão	614
10.6.1. Introdução	614
10.6.2. Requisitos	616
10.6.2.1. Questão de que depende o julgamento do mérito	616
10.6.2.2. Questão discutida	617
10.6.2.3. Questão decidida	620
10.6.2.4. Competência absoluta	621
10.6.3. Coisa julgada sobre questão invocável por terceiro	622
10.6.3.1. Fundamento	622
10.6.3.2. A coisa julgada sobre questão pode beneficiar terceiro, mas jamais prejudicá-lo	623
10.6.3.3. A questão deve ser a mesma e deve estar inserida no conflito entre as partes e os terceiros	624
Referências Bibliográficas	625